

A República Velha contra Canudos: do ideário do soldado-cidadão

The Old Republic against Canudos: on the ideology of the soldado-cidadão

Iyan Lucas Duarte Marques*

Bruno de Pinheiro Tavares**

RESUMO

A Guerra de Canudos foi um notório conflito armado na história do Brasil entre os anos de 1896 e 1897 que envolveria não somente as tropas baianas, como toda a nação da república brasileira, que recém-formada consolidava-se enquanto federação. Percebido como uma ameaça à integridade territorial e do projeto civilizatório da república brasileira, o arraial foi terraplanado com ímpar violência pelo exército brasileiro. Tal força, alinhada ideologicamente com Benjamin Constant e comandada por uma elite militar positivista e eugenista, formaria uma ideologia *sui generis* de intervenção na sociedade e no governo brasileiro. Advogava por uma ética superior militar e pela limpeza de elementos retrógrados da sociedade, tal como a figura dos canudenses. Propõe-se este trabalho investigar a gênese, desenvolvimento e consolidação do ideário de soldado-cidadão, que irá legitimar o uso da violência contra a população sertaneja de Belo Monte e a criação de um *ethos* intervencionista que atravessaria toda a história da república. O trabalho é dividido em um primeiro momento para análise da Questão Militar e as condições do nutrimento do pensamento intervencionista; um segundo momento com a análise da ascensão da força ao governo e a consolidação do pensamento do soldado-cidadão. Por fim, o estudo das bases eugenistas e positivistas com a adaptação do pensamento comteano por Constant e as questões racialistas. Conclui o artigo que tal ideário propiciou a criação de uma subjetividade sobre um exército partícipe da política, lealdade à farda, e de superioridade militar sobre a esfera civil, identificando elementos autoritários à sua concepção.

Palavras-chave: soldado-cidadão; Guerra de Canudos; Primeira República, História do Direito.

ABSTRACT

The Canudos War was a notorious armed conflict in Brazilian history between 1896 and 1897 that involved not only Bahian troops but also the entire nation of the newly formed Brazilian republic, which was consolidating itself as a federation. Perceived as a threat to the territorial integrity and civilizing project of the Brazilian republic, the settlement was leveled with unparalleled violence by the Brazilian army. This force, ideologically aligned with Benjamin Constant and commanded by a positivist and eugenicist military elite, would form a unique ideology of intervention in Brazilian society and government. It advocated a superior military ethic and the purging of backward elements from society, such as the Canudenses. This work aims to investigate the genesis, development, and consolidation of the citizen-soldier ideology, which would legitimize the use of violence against the backlands population of Belo Monte and

Artigo submetido em 25 de setembro de 2025 e aprovado em 6 de outubro de 2025.

* Aluno(a) do Programa de Graduação em Direito pela PUC Minas. E-mail: iyanlucasd@gmail.com

** Doutorando em Teoria e Filosofia do Direito pela PUC-Minas. E-mail: bptavares@outlook.com

the creation of an interventionist ethos that would permeate the entire history of the republic. The work is divided into a first section, analyzing the Military Question and the conditions that nourished interventionist thinking; a second section, analyzing the rise of force to government and the consolidation of the citizen-soldier mindset. Finally, the study of eugenic and positivist foundations, with Constant's adaptation of Comtean thought, and racist issues. The article concludes that this ideology fostered the creation of a subjectivity about an army engaged in politics, loyalty to the uniform, and military superiority over the civilian sphere, identifying authoritarian elements in its conception.

Keywords: soldado-cidadão; Canudos War; First Republic, Law History.

1 INTRODUÇÃO

Euclides da Cunha, correspondente de guerra, realizou o mais bem consolidado relato sobre as condições geográficas e antropológicas da guerra de Canudos através da obra “Os Sertões”, publicada em 1902. Traçou uma imagem do soldado como um herói republicano, defensor da pátria, mas bruto, e também do sertanejo, como um abandonado pelo Estado, nobre em sua raça, mas indisciplinado, contaminado por uma degenerescência moral que é refletida em seu banditismo disciplinado, de espírito transgressor.

Formado na Escola Militar da Praia Vermelha e, portanto, fortemente influenciado pela doutrina positivista de Benjamin Constant, não escapou Euclides das condições de subjetividade vigentes de seu tempo. Teria na imagem do “bacharel fardado” e do novo oficialato do exército um agente da mudança, dedicado a uma mudança do corpo social, que o muito influenciou. Moldado pela mescla da euforia positivista e o *esprit de corps*, a farda, tais noções remeteram a um ideário ético que será nomeado de soldado-cidadão. Cujas gêneses remontou a todo um contexto social e histórico de até antes de Canudos, passando pelos tempos finais do Brasil Império¹, e ao qual este artigo muito é importante.

Tal período também foi marcado por turbulências sociais próprias, que resultaram num sentimento de insatisfação geral com o poder imperial brasileiro, em parte, causado pela importação de uma série de correntes ideológicas europeias. O velho continente, com ideologias como o liberalismo e o iluminismo em debate e o nascimento do positivismo filosófico em ascensão, viriam para o Brasil. Tais formas de saber iriam se mesclar às condições sociais e históricas do país, moldando-se uma condição subjetiva e de conhecimento que identificasse a monarquia e as heranças coloniais como a origem dos males sociais e políticos. Doravante, moldaria uma nova forma de governo que, paradoxalmente, iria remeter aos mesmos herdeiros da elite econômica nos postos de poder e governo.

Mantendo-se então as mesmas dinâmicas de domínio e hierarquia, mas desta vez sob os moldes de uma república oligárquica, a revolução republicana positivista que possuía a pretensão de trazer um avanço não somente científico, mas social e civilizatório. Não alcançaria a esmagadora parcela da população, mas sim uma pequena parcela, uma fração radical, concentrada no exército, mas tendo membros da sociedade civil. Sendo muito ativa, a mesma agiria em defesa de uma superioridade ética militar, e, com a consolidação do pensamento do soldado-cidadão, agiria de forma a aplicar esta mentalidade como política de estado. Canudos,

¹ Nesse sentido, José Murilo de Carvalho com sua obra “Forças Armadas e Política no Brasil” e Eduardo Campos, na obra “Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira” discutem amplamente esta questão, que este artigo abordará.

então, um exemplo, como dito por Nina Rodrigues, da barbaridade e dos genes inferiores, iria ser controlada pela violência, e, em nome da ordem e amor à pátria, seria eliminada.

2 A GUERRA DO PARAGUAI COMO BERÇO DA IDEOLOGIA DO SOLDADO-CIDADÃO

A Guerra do Paraguai, ou Guerra da Tríplice Aliança, que duraria entre os períodos de 1864 a 1870, fora marcada por um processo que atuaria de base para as mudanças institucionais do Estado brasileiro, que iria transitar de um Brasil Império (1822-1889) para um Brasil republicano, também conhecido como Primeira República ou República Velha (1889-1930). Tendo como representante o marechal Deodoro da Fonseca, os militares derrubariam por meio de um golpe de Estado a família imperial, instaurando um governo provisório e, em seguida, uma presidência constitucional, ambos presididos por Deodoro da Fonseca, durando de 1889 até sua renúncia em 1891.

A união entre Brasil e Uruguai, somada à expansão de influência do império brasileiro, levaria ao governo paraguaio da época, que, liderado por Solano López buscava meios de romper com o isolamento do país imposto pelas políticas argentinas, ao bloqueio de navios brasileiros ao Rio Paraguai em novembro de 1864, e posteriormente a uma ofensiva de suas forças militares pelo Mato Grosso em dezembro do mesmo ano (Fausto, 2006, p. 210-212). Tal manobra romperia relações diplomáticas não somente com o Brasil² e Uruguai, uma vez que eram aliados, mas também com a Argentina (Fausto, 2006, pp. 210-213), buscando anexar os territórios previamente perdidos pelos movimentos separatistas do Paraguai de 1810, formando-se a ofensiva aliada.

As circunstâncias da Guerra do Paraguai ao Brasil, que são para este trabalho de maior interesse, seriam responsáveis por consolidar o exército brasileiro como um poder organizado (Fausto, 2006, p. 213-214), que apesar de um considerável poder naval à época, era até antes da guerra comparativamente inexpressivo (Saldanha, 2015, p. 12), com ingresso restrito, sem serviço obrigatório, organizado por sorteio, e que de um corpo reduzido de oficiais, constituído por uma parcela da classe média intelectualizada, era efetivamente desarticulado de sua função (Fausto, 2006; Milan, 1993).

O Exército, diferente da Guarda Nacional³, era responsável pela defesa, patrulha das fronteiras e das costas marítimas do Brasil Império. Tal atuação era vista com desconfiança pela população adulta masculina, fosse em razão dos castigos corporais, ou do baixo soldo, fomentando a fuga generalizada dos recrutados e relegando as camadas de menores condições materiais da população, estes considerados como um grupo social de desajustados passível de corretivo moral durante o serviço militar (Saldanha, 2015, p. 3). Não obstante, o escravo em razão de sua condição não era recrutável, que de acordo com estimativas aproximadas de antes da Guerra do Paraguai, do ano de 1850, estimava-se representar mais de 1/3 da população (Gornder, 2016, p. 350).

² No caso específico de Brasil e Paraguai, que historicamente competiam pelo mercado de erva-mate, a coligação com os interesses de mercado e financeiros europeus, sobretudo de uma estabilidade na área da Bacia da Prata ou de redistribuição do poder visada pela Inglaterra, resultaria numa aliança entre o governo brasileiro e o Partido Colorado durante a guerra civil uruguaia, que na época lutava por sua independência (Fausto, 2006, p. 210- 211).

³ A Guarda Nacional por sua vez, força civil que inspirada nos moldes franceses seria criada com o objetivo de garantir a obediência às leis, manutenção da ordem, da Constituição e a independência do país, eram por sua maior parte isentos de cumprir com o exercício da função (Saldanha, 2015, p. 2). Apesar de considerado uma atuação digna e honrada, sendo ocupada em sua maioria pela população branca (Milan, 1993, p. 170), isto é, pelos filhos da elite agrária, seu ingresso era utilizado como forma de evadir o serviço militar numa troca de favores.

Tais dificuldades para o recrutamento militar e a divisão do monopólio legítimo da violência pela Guarda Nacional, levaram o governo a criar uma força, de caráter extraordinário, que fosse considerada suficiente para o conflito. Eventualmente, era formada em 1865 pelo governo imperial os Corpos de Voluntários da Pátria (Toral, 1995, p. 291), uma tropa mal ou não treinada, que atingiria números em torno de 55.000 no seu maior contingente, composta por voluntários entusiasmados pelo fervor nacional e, mais tardiamente, encorpada com recrutamento forçado (Carvalho, 2005, p. 179). Enquanto algumas das camadas mais baixas da população se embrenharam na mata como forma de escapar do serviço militar, a elite oligárquica rural, que tinha como costume enviar seus filhos para atividades pertinentes à própria classe, desviava o recrutamento pela doação de recursos, equipamentos, envio de parentes, agregados e, por fim, venda de escravos. A compra de escravizados pelo império se tornaria uma prática recorrente (Toral, 1995, p. 292), que para tornar o alistamento mais atrativo, e assim evitar a fuga destes conscritos, adotaria a promessa de alforria àqueles que participassem da guerra.

Ainda sobre o recrutamento e a estrutura do exército brasileiro, o mesmo se difere das forças armadas da Europa, que tinha nas fileiras do exército filhos e membros da oligarquia local. O exército brasileiro tinha uma forma muito diferente e, principalmente, antiga, conforme diz José Murilo de Carvalho em sua obra “Forças Armadas e Política no Brasil:

Entre os exércitos latino-americanos, o brasileiro foi o que herdou mais plenamente a tradição européia. O fato de que a independência do Brasil se tenha verificado sem grandes lutas e sem grande mobilização militar da população permitiu que se preservasse aqui a estrutura do Exército português (Carvalho, 2005, p. 15).

Doravante, o Brasil herda e mantém o sistema do “cadetismo” no exército brasileiro, a preferência por títulos de nobreza para a seleção do exército. O candidato nobre seria admitido com vantagens financeiras logo no posto de oficial. Enquanto a antiga metrópole acabou por abolir o sistema, no Brasil, a manutenção de uma versão mais diluída, que admitia uma nobreza mais baixa ou nobreza civil, consolidava no oficialato o domínio dos grupos sociais dominantes. Entretanto, posteriormente, o recrutamento modificou-se mais uma vez para a sua versão mais contemporânea em 1874. Acabou-se por privilegiar majoritariamente a nobreza estritamente militar, concedendo o título de cadete a filhos de oficiais. Os soldados particulares, filhos de doutores e de indivíduos abastados, acabaram quase desaparecendo do quadro do exército, migrando para a guarda nacional que era de mais fácil acesso, logo, formando uma classe endógena tipicamente militar, fechada em si mesma que dominaria o oficialato e o alto escalão (Carvalho, 2005, p. 15-19).

Sob uma disciplina mista, positivista com camadas militares, a Escola Militar da Praia Vermelha somava as disciplinas do quartel com as disciplinas científicas de seu tempo, sobretudo ao positivismo brasileiro de Benjamin Constant, fazendo-se nascer na formação educacional desses soldados um ideário ético de soldado-cidadão. Pautado sob a aprendizagem do rigor positivo-científico como forma de compreender as questões sociais, considerariam como os motores da ordem e do progresso, predispostos para a ação, contrastando-se com os bacharéis da oligarquia (Milan, 1993, p. 146 e 164-166), considerados como idealistas e românticos, que defendiam os poderes tradicionais já instituídos, tensões que se escalonavam tanto ideologicamente quanto politicamente.

O baixo número de forças e a falta de fornecimento de provisões seriam recebidos como um ultraje pelos oficiais da Guerra do Paraguai, gerando um sentimento de abandono em relação ao Império (Milan, 1993, p. 149-151). Tamanho foi esse espírito que, pela primeira vez, são inaugurados periódicos falando sobre a dramaticidade da situação da força pelo governo imperial que culminariam na Questão Militar, ápice da convulsão social interna do exército. Somado a um dever à pátria, formaria uma coesão entre os militares que passaria a incluir em

sua ideologia um projeto de reformulação do Estado, em direção ao progresso, a fim de não só modernizar a sociedade, como também de purificar o corpo social. Tal sentimento teria sua expressão máxima na carta confidencial de Floriano ao seu colega General Neiva:

10 de julho de 1887 – João Neiva – Vi que a solução da questão de classe, excedeu, sem dúvida, a expectativa de todos. Fato único, que prova exuberantemente a podridão que vai por este pobre país e portanto as necessidades da ditadura militar expurga-la. Como liberal que sou não posso querer para o meu país o governo da espada, mas não há quem desconheça, e aí estão os exemplos de que é ele que sabe purificar o sangue do corpo social que, como o nosso, está corrompido” (Viana, 2004, p. 117-118).

Na Escola Militar, em particular, é perceptível o sentimento calçado na alegação de “brio ferido” da corporação. A adesão da mesma à Questão Militar é um indicador expressivo da unificação dos diferentes grupos, anteriormente antagônicos, dentro da corporação:

A idéia do soldado-cidadão servia de instrumento de afirmação militar e, ao mesmo tempo, refletia o sentimento de marginalidade e o ressentimento dos oficiais em relação à sociedade civil, sobretudo à elite política. Implicava a suposição de que o soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser militar. Sua polissemia a tornava aceitável tanto para os bacharéis fardados como para os tarimbeiros. Aos tarimbeiros interessava afirmar a organização em face da elite política, num jogo exclusivamente de prestígio e poder. Aos bacharéis de farda interessava afirmar a organização e também usar seu poder para reformar o sistema político (Carvalho, 2005, p. 38-39).

Aliando-se os militares ao Partido Republicano, criado no Rio de Janeiro em 1870 entre liberais progressistas e radicais, num momento onde o debate abolicionista atingia seu ponto crítico, demonstrariam-se convencidos em seus manifestos de que o regime monárquico não seria capaz de realizar as reformas que pretendiam, pregando pelo fim da monarquia e a instituição de uma república (Carvalho, 2011, p. 143 e 149), projeto político de soberania que se consolidaria em 1889 por meio de um golpe militar sob um governo de transição, também chamado de provisório, representado por Deodoro da Fonseca, como uma espécie de ditador esclarecido, e seu vice, Floriano Peixoto, ambos militares e veteranos da Guerra do Paraguai.

A desilusão com o governo imperial, somado às novas formas de se explicar o meio social, o qual considerava o sistema escravagista, os preceitos dinásticos, e seus representantes europeus como retrógrados, faria insurgir a classe militar princípios civilizatórios que a tornariam incompatível com os projetos de poder da família monárquica, que não mais se encontraria em coligação com o aparelho das forças coercitivas do Estado (Milan, 1993, p. 171-172). Tal projeto político dos militares englobaria não somente um anseio de melhores condições da classe média, almejando uma profissionalização de sua atuação, e consequentemente consolidação (Alves, 2020, p. 195-196), como também de reformulação dos aparelhos estatais, que se não transitassem pela via pacífica, ou seja, pela forma científica e racional, teria sua consolidação pelo uso da força, em nome do dever ou bem maior.

Por juristas indicados por Deodoro da Fonseca como Rui Barbosa e Prudente de Moraes (Alves, 2020, p. 186), a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, nascida em 1891, teria como fundamento não somente preceitos do positivismo francês, que nortearia parte da elite militar, ligados a Constant, como de demais ideias do liberalismo dominante da época, a exemplo do sistema inglês e estadunidense (Júnior, 1989, p. 23). Trazendo alguns avanços que repercutem até os momentos atuais, como a separação dos poderes, o federalismo, o Estado laico, o voto direto, etc. Contudo, ainda que com o apoio de intelectuais da classe média e de periódicos de alunos e ex-alunos da Praia Vermelha, a essência da constituição ainda seria de

cunho oligárquico, não beneficiando os então despossuídos da população, logo tal revolução não pôde, para seus efeitos, ser considerada popular.

3 CONDIÇÕES SOCIAIS DE SUA GÊNESE, DO IMPÉRIO À PRIMEIRA REPÚBLICA

A origem do pensamento da excepcionalidade militar e dos contornos unicamente brasileiros da doutrina do soldado-cidadão prevê a Primeira República e coincide com o advento do positivismo no Brasil. Da sua natureza multifatorial e, por extensão, da confluência de acontecimentos que geraram a dita ideologia, principiamos pela situação do exército na sua gênese: o processo da independência.

Campos (1976, p. 34) afirma que, no início do exército como instituição ligada ao imperador, bem como sua atuação no fazer valer a ordem interna do país, havia uma severa aversão da população civil à instituição. Conforme dito anteriormente, a corporação era destinada aos piores trabalhos; não obstante, eram a maioria dos oficiais “brasileiros adotivos”, indiscutivelmente leais ao imperador em ordem imediata e, somente depois, à população, o que gerava considerável atrito com a elite. Este espírito era manifestado na letra do projeto constitucional e, principalmente, manifestava-se nos pronunciamentos parlamentares. Nas palavras do autor:

O que Huntington chamou de política de erradicação descreve com propriedade as atitudes básicas e o comportamento da elite política civil brasileira com relação ao Exército até a revolução de 30. A forma particularmente violenta de que se revestiu essa política durante o primeiro império apenas acentua a natureza mais dissimulada de suas manifestações no segundo império e durante a república velha. Sem perda de eficácia, a política de erradicação evoluiu da hostilidade aberta para as formas mais prudentes de marginalização do Exército, no segundo Império, e da cooptação da liderança militar, na República Velha. A política de erradicação, que se nutre de atitudes hostis à existência de uma força armada permanente e profissional, consiste em aplicar à organização militar a máxima do ‘conformar-se ou perecer’. Por efeito de fa tores diversos, a elite política praticou-a no Império, de forma particularmente agressiva (Campos, 1976, p. 34).

Neste contexto, a corporação vai se ajustando a décadas de um projeto da elite civil de criação de um ambiente hostil e ameaçador à sua existência, com cortes de pessoal e transferência de recursos para a Guarda Nacional. Mesmo após a Guerra do Paraguai, o exército ainda era visto como uma “organização sem função específica, ou instituição dispensável”, visto que o alto número de voluntários e a exposição de graves deficiências da corporação levaram parlamentares a defender o escanteio do exército e a vociferarem a preferência do uso novamente dos voluntários (Campos, 1976, p. 43). Logo, essa política de erradicação vai nutrir as condições de consolidação de um movimento militar que derrubou o regime imperial brasileiro (Campos, 1976, p. 43-45).

As insatisfações eram presentes em todos os círculos militares do exército. Mesmo não sendo homogêneo, o estado de coisas unia as duas principais facções internas: os “tarimbeiros”, a velha guarda que lutou nas guerras e revoltas do império, representada por Deodoro e os “baixareis fardados” da Escola da Praia Vermelha e do Realengo, representados por Constant (Carvalho, 2005, p. 38). Com a publicação da Questão Militar, a difusão da ideia do soldado-cidadão por jornalistas republicanos, com a expressa finalidade de incitar os militares a intervir na política e de criar embaraços ao governo imperial, foi logo reiterada por Constant. Essa ideologia, dita por Carvalho (2005, p. 39) como a primeira ideologia intervencionista do exército, foi posta em prática e refinada com a eventual proclamação da república pelos militares e diversos grupos (Campos, 1976, p. 65-66).

A colocação do jurista Heráclito Sobra Pinto é cirúrgica ao descrever a mentalidade militar pós proclamação da república, dizendo: "Tendo proclamado a República, [os militares] julgaram-se donos da República, e nunca aceitaram não serem os donos da República.". Desde os primórdios da República, o ideário militar, sobretudo entre os oficiais "científicos", mudou radicalmente em direção à hiperpolitização (Lessa, 1999, p. 56-57). Com a mudança de regime e o subsequente rompimento do exército com os vínculos sociais com a sociedade civil, surge nos oficiais uma "aguda consciência de sua condição militar e da existência do Exército como entidade única e distinta na sociedade brasileira"(Campos, 1976, p. 65-66). A ideia da objetiva superioridade militar à civil veio em conjunto com o forte sentimento de pertencimento à corporação que modifica o tradicional positivismo comteano, com a aversão às forças armadas, para a visão de Constant de exército necessariamente forte para "purificar" a sociedade com a ordem militar. Logo então os militares se adentram no governo como uma facção substancial, chegando a tomar 10 administrações de estados e até 1/4 do parlamento. Como escreve Lessa (1999):

[. . .] os militares passaram a viver uma inédita situação de hiperpolitização. Egressos de um regime que lhes confinava uma identidade estritamente pro- fissional, passaram a representar seu papel como dotado da missão de realizar com pureza a verdadeira república. Invariavelmente, em busca da verdade, se traduzia em petições ao presidente no sentido de perpetuar a ditadura e afastar da política a legião dos 'casacas'. De modo mais direto, a onda de intervenções do governo central nas políticas estaduais contou com significativa participação militar (Lessa, 1999, p. 57).

Tomando contornos particulares, isto é, inserida num contexto de caos e incerteza política, fomentaria o Brasil a criação de uma identidade é de caráter prioritário, muda-se o nome do país e admite-se a forma federalista. A nova federação teria como síntese não os movimentos republicanos liberais que o precederam, a exemplo das Revoluções Pernambucanas (1817-1824), da Revolução Farroupilha (1835 - 1845), da Cabanagem (1835-1840) da Sabinada (1837-1838) ou da Balaiada (1838-1841)⁴, mas sim de um encontro com as oligarquias regionais (Júnior, 1989, p. 23-24), cabendo ao direito construir os aparatos necessários para a preservação da unidade territorial, da coesão ideológica e do progresso da nação conforme os interesses políticos e econômicos da elite política-agrária⁵ e da elite militar (Alves, 2020, p. 192).

⁴ Embora estes movimentos sejam dotados de suas particularidades, frisa-se aqui que tinham como ponto em comum não somente um envolvimento ativo das populações menos favorecidas de suas regiões, e de terem sido guerras, como a participação da parcela escrava, negra, mestiça e, em alguns casos, indígena, carregando um componente étnico em suas composições.

⁵ Tal premissa fica nítida quando observado o artigo 70 da Constituição Brasileira de 1891, que ao estabelecer a todos os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos o voto obrigatório, direto, e não secreto. Neste ponto, as implicações deste tipo de voto resultariam no "voto de cabresto", uma prática eleitoral que seria comum no período da Primeira República. Através de coerção e manipulação, coronéis controlariam os votos de trabalhadores rurais, alterando resultados, e corrompendo o processo democrático em favor dos interesses da oligarquia agrária, mantendo sob uma fachada de democracia a concentração do poder à elite da época. Por razões de escopo do trabalho e espaço do artigo, recomenda-se a leitura de "Coronelismo, Enxada e Voto" de Victor Nunes Leal da editora Companhia das Letras.

Além do mais, a possibilidade de votar, na república, também levaria em conta a renda do eleitor, excluindo efetivamente da participação política os despossuídos majoritários da população. Não obstante, também proibiria o voto aos analfabetos, os soldados sem patente oficial ou hierarquicamente inferiores (praças de pré), e aqueles que ocupassem cargos religiosos. Embora não diretamente mencionadas pela carta constitucional, o direito ao voto também não contemplava as mulheres, sendo menos ainda elegíveis, que conforme leciona Engels (2019, p. 218), são até este momento históricas compreendidas somente enquanto uma peça de unidade econômica da sociedade. De forma similar, o texto também não faz menção aos povos originários, de povos quilombolas, ou sobre demais

É notável a presença desta ideologia ao observar pontos importantes da legislação do governo provisório, em especial, artigo 14 da nova constituição federal (1891) e o decreto de reforma da educação militar, ambos promovidos por Constant. O primeiro incluía a cláusula de "A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos, e obrigada a sustentar as instituições constitucionais." o que permitia a qualquer oficial assumir a posição de intérprete da lei (Campos, 1976, p. 68). Importante ressaltar que foi redigido em um momento onde o exército estava dividido e que Constant estava assumindo a posição de prestígio deixada após a morte de Caxias. A consolidação do ideário positivista de Constant se consolida mais uma vez, não só permitindo os oficiais "científicos" questionarem as leis e os superiores "tarimbeiros", mas também com a reforma do ensino militar. O decreto feito por ele tinha como objetivo central o reconhecimento da "missão altamente civilizadora, eminentemente moral e humanitária que de futuro está destinada aos exércitos no continente sul-americano" (Lessa, 1999, p. 56).

A honra da corporação ao fim do governo provisório e ao longo do governo do Marechal Floriano é recuperada. Com um sentimento eufórico, o soldado se apresenta como um "cidadão armado" de primeira classe. Nesse período, os quadros militares chegaram em números altíssimos⁶ e, toda essa base material e de ensino gerou um oficialato ideologicamente alinhado ao pensamento positivista-brasileiro-militar. Este *ethos*, então, gera as bases necessárias para um padrão destrutivo de interferência militar na política que se estende pela modernidade brasileira (Lessa, 1999, p. 56-58 e 67).

4 AMADURECIMENTO E CONSOLIDAÇÃO TEÓRICO-IDEOLÓGICA DO SOLDADO- CIDADÃO

O positivismo de Comte irá se compor de uma filosofia que, de acordo com suas palavras, está inseparável de sua atuação política, de forma a criar um sistema universal de inteligência, sociabilidade e política. No Brasil, a intelectualização de seus preceitos será aderida em boa parte pela classe média, sobretudo no período entre 1870 e 1889 (Milan, 1993, p. 133 e 137). O impedimento de custear a seus filhos o estudo em escolas ou universidades europeias encontrará nas escolas militares do Brasil a solução e o prestígio do cargo de médico ou engenheiro. Sob a tutela de Constant e inseridos no círculo militar, dando formação a intelectuais de ideário modernizador e, posteriormente, modernizador-interventor, que levará às eventuais reformas institucionais em 1891.

Consequentemente, tais intelectuais serão desvinculados do ideário dominante oligárquico, ganhando contornos éticos de aspirações próprias, a saber, de valor às disciplinas

populações de formações comunitárias autogeridas. O aumento tímido do eleitorado é o exemplo máximo da exclusão, passando de 1% com a Lei Saraiva para míseros 2% nas eleições de 1894 com a reforma eleitoral (Lessa, 1999, p. 60).

⁶ Importante sublinhar que o governo não estava em condições políticas para interferir no projeto político militar. A título de exemplo, os quadros militares passaram por uma redução de 23.000 a 13.500 de 1870 a 1889, entretanto, no governo provisório apenas, saltaram para 24.000 (Lessa, 1999, p. 58) A situação era tão drástica para a seção civil do governo que pode ser percebida na fala de Rui Barbosa, grifada por Campos (1976, p. 67): "esses ônus (militares) excederam, e em grandes proporções, a medida razoável.". Conforme dito também por Lessa (1999, p. 58-59)

Até o governo de Prudente de Moraes,[...] a presença disruptiva dos militares é constante, caracterizando o padrão de desestabilização já apontado por José Murilo de Carvalho, sem que, no final, o estamento tenha sido capaz de elaborar e implementar um projeto de controle exclusivo do regime, que lhe permitisse colocar em prática a tão sonhada exclusão dos 'casacas', legião de 'execráveis' e dóceis instrumentos das mais desenfreadas ambições e interesses. Os desejos de Constant e a sua fé inabalável na racional expressão da inteligência militar ficaram confinados em um círculo perverso: aqueles que se apresentaram como a solução das mazelas da República constituíram nos primeiros anos do novo regime um de seus principais problemas (Lessa, 1999, p. 58-59).

científicas, e de responsabilidade à pátria e à sociedade⁷, porém de exclusão do elemento civil (Milan, 1993, p. 144). Apoiando-se na ciência como explicação e solução dos problemas humanos e sociais, ao mesmo tempo que se contrapõe com demais saberes, estes considerados inferiores e retrógrados, a exemplo da religião e dos saberes tradicionais, além das antigas formas de governo monárquico-dinásticas (Filho, 2004, p. 11).

As forças militares se apresentariam, portanto, como os guardiões da ordem, da segurança, do progresso e do poder, que se organizando de forma a criar um corpo homogêneo, irão atuar como a força coercitiva por excelência do Estado brasileiro, assumindo o monopólio da violência que atuará em favor dos interesses dominantes. Para os militares, a defesa da república, que visava tanto combater um estado de desordem, quanto de realização de progresso, teria como garantia a ditadura, ética que se chocará com a do bom político (Milan, 1993, p. 193, 241 e 249-251), que sob uma função de tutela da nação, irá se desenvolver como solução para os males políticos e sociais. Note a fala de Floriano Peixoto extraída por Renato Lessa:

Quanto ao papel do Exército na sociedade, a mentalidade militar não superava os limites de vagas referências a uma missão regeneradora da sociedade civil. O Marechal Floriano referia-se, por exemplo, à ‘podridão que vai por esse país’ e à necessidade de uma ditadura para expurgá-la, uma ditadura que fosse militar: ‘como liberal que sou — afirmava ele — não posso querer para meu país o governo da espada; mas não há quem desconheça, e aí estão os exemplos, de que é ele o que sabe purificar o sangue do corpo social que como o nosso está corrompido...’ (Lessa, 1999, p. 68).

Fruto do período das tensões da Revolução Industrial na Europa Ocidental durante o final do século XVIII e início do século XIX, surge o positivismo enquanto uma corrente filosófica. Ela, que se propunha não só a explicar as contradições sociais, como a oferecer uma solução a suas questões sob um molde matemático-científico (Bosi, 2004, p. 154). Em sua base, a teoria social do positivismo, chamada para a doutrina de física social, buscava explicar o avanço da sociedade por três fases ou graus de conhecimento humano. A primeira fase, chamada de “teológico”, na qual os fenômenos seriam explicados pelas ações divinas, a exemplo das comunidades primitivas; a segunda de “metafísico”, na qual os fenômenos seriam explicados pelas abstrações teóricas, a exemplo do período da Idade Média; e o terceiro de “positivo”, na qual os fenômenos seriam explicados pelo uso da razão, também conhecido como estágio científico (Comte; Positivista, 1973b; Milan, 1993).

A referida noção evolutiva ou de progresso social seria para o positivismo uma lei natural, portanto, imutável e independente da vontade das ações humanas. É um curso histórico natural no qual a humanidade, dadas as condições harmônicas, a executaria, enquanto o contrário, por sua vez, implicaria em desordem. Tais leis naturais de transformação social seriam frutos não de ações humanas inseridas num processo histórico, mas antes de consequências prévias e imutáveis no espaço e tempo, ou seja, de uma determinada escatologia evolucionista, que, por razão de lei natural, se seguiria a um desígnio determinado.

⁷ É perceptível este fato nas palavras do general Estevão Leitão de Carvalho:

A ausência de espírito militar nos cursos das escolas do Realengo e da Praia Vermelha tinha feito de mim um intelectual diletante, que não sabia bem para onde se virar: se para as ciências exatas, a literatura ou simplesmente para os assuntos recreativos do espírito (Carvalho, 1961, p. 32).

Claramente a situação se alteraria após a proclamação da república e do governo provisório, afinal, conforme já falado anteriormente neste artigo, o sentimento de pertencimento à corporação e a necessidade de expansão do exército para a conclusão dos planos ambiciosos de Constant foi anexado à ideologia positivista dessas escolas.

Tais preceitos ⁸, que, conforme as obras “O Catecismo Positivista” (Comte; Positivista, 1973a, p. 564) e “Sistema de Política Positiva” (Comte; Positivista, 1973b, p. 143), têm na república não a igualdade e a soberania do povo, mas somente a negação do direito divino do rei. Fosse esta instituída por eleição ou ditador temporário, este um governante esclarecido, a exemplo de Napoleão Bonaparte ou Floriano Peixoto⁹, responsável por manter a ordem, substituiria a hereditariedade teocrática, ou de nascimento, pela sociocrática, esta de livre iniciativa, se diferenciando, assim, da primeira hereditariedade por uma competência de intelecto. A sociocrática estaria, desta maneira, distante de eventuais degenerações morais que pudessem tender a não se renovar pela hereditariedade, uma vez que poderia ser fiscalizada (Lacerda, 2004, p. 72). A falta desta fiscalização moral, ou de inspeção e manutenção de sujeitos condizentes com os princípios naturais de sua doutrina científica nas posições de poder e comando, seria a causa da degenerescência moral e ruína dos governos monárquicos.

Para Acácio Vaz de Lima Filho (2004, p.16), as noções evolucionistas, que acoplavam ao progresso científico o avanço político e social, preconizariam aos primeiros intelectuais positivistas brasileiros a conclusão de que por meio de uma república positivista, questões sociais como a criminalidade haveriam de decrescer, até o ponto de os elementos coercitivos do Estado não se fazerem mais necessários, identificando em suas teses, de forma fiel à doutrina, a técnica da ciência como ferramenta de solução da realidade. Apesar de comparativamente tardio, tal cientificismo está inserido numa onda de escolas do pensamento que permeavam a Europa desde o século anterior, trazendo em conjunto com o positivismo aportes teóricos como o spencerianismo e o darwinismo que, apesar de distintos entre si, tinham como ponto comum uma supervalorização da ciência que será atuante pelo Brasil nos períodos de 1850 a 1854 (Neto *et al.*, 1997, p. 69).

O pensamento positivista, contudo, sofreria uma nova guinada pela figura de Benjamin Constant a partir de 1870 (Filho, 2004; Costa, 2021; Neto *et al.*, 1997), militar veterano da Guerra do Paraguai, que, atuando como professor na Escola Militar da Praia Vermelha, irá implantar nas escolas militares o espírito revolucionário. Tal espírito irá mesclar-se ao pensamento positivista vigente da época que, ligado a uma concepção de modernidade e de serviço ao Estado, irá atuar em favor de um estado republicano incompatível com os métodos burocráticos do clero e da monarquia vigente. Um reflexo não apenas de atraso técnico, como de degenerescência moral e de decadência civilizacional para os positivistas brasileiros.

Por meio do Decreto n. 891, de 8 de novembro de 1890, instituiria Benjamin Constant, agora como ministro do governo provisório, uma reforma na educação de teor positivista aos ensinos primário e secundário. Embora seu conteúdo não fosse exatamente novo, uma vez que as ideias do positivismo já se encontravam em circulação, seu projeto pedagógico reforçaria as tensões sobre as concepções de mundo, contribuindo para a formação de indivíduos adequados para as necessidades da nova república positivista (Costa, 2021, p. 12-13). Isto é, sobre a produção de um sujeito modernizado, obediente e disponível para as necessidades de uma recém-formada elite econômica e intelectual que se adequava a novas formas de governança, burocráticas, econômicas e sociais.

⁸ Para Lowy (1978, p. 10-12), o método positivista revelaria uma tendência conservadora, que sob o preceito de uma ciência neutra, isto é, como que uma vertente de pensamento pretensamente ausente de juízos de valor, e rigorosa aos fatos sociais em seu método, irá definir as condições de conhecimento do período.

⁹ Tendo como base os preceitos franceses do comtismo, o liberalismo anglo saxão, e o contexto histórico social de um país latino-americano, pós-imperial, agrário, ex-colônia e recém ex-escravagista, se criaria a vertente brasileira de sua tradição, instituindo-se nas academias militares uma espécie de educação dogmática e disciplinada que se voltaria para a obediência passiva dos sujeitos, de respeito a hierarquia e aos superiores, esta uma elite que dedicada a ordem social, seria responsável pela civilização, orientando indivíduos obedientes a seus papéis, este um ideal republicano (Milan, 1993, p. 246 e 267).

Contudo, apesar de um caráter revolucionário, o positivismo não ortodoxo de Benjamin Constant, que pregava por solução pacífica, o fim dos exércitos, representação do povo e sobre alcance sobre marcos civilizatórios por meio de uma educação moral, conflitaria com a ditadura positivista meritocrática representada por Marechal Deodoro. Embora o poder que viria a se estabelecer trouxesse um novo projeto de sociedade, seria mantida em suas engrenagens a hegemonia herdada das elites coloniais agrárias, a qual, das ruínas do antigo regime, sob a guarda de um governo militar e ditatorial, iria transicionar-se para uma pequena burguesia liberal cafeeira que atuará em favor da industrialização sobre a produção de bens agrários (Neto *et al.*, 1997, p. 72-74).

Para Benjamin Constant, o projeto pedagógico de soldado-cidadão tinha como objetivo a formação de um sujeito, que integrado à educação positivista, estaria preparado para atuar como agente de transição a uma sociedade positiva, capaz para o exercício do seu direito à cidadania, vindo eventualmente a se desiludir com o regime disciplinar do quartel. Manifestando-se em favor de colegas que se expressavam contra as autoridades militares, seria percebido por seus discípulos e simpatizantes como um líder potencial para direcionar um movimento armado contra o regime; contudo, apesar de seus esforços a fim de uma redemocratização do país, faltaria a Constant uma maior influência política, que se projetasse para além dos círculos acadêmicos, ou de um corpo capaz de pôr fielmente em prática suas disciplinas (Neto *et al.*, 1997, p. 75 e 77-79).

Ao invés de se dedicarem à tática militar e ao combate armado, os “bacharéis de farda”, que tinham Benjamin Constant como modelo, dedicavam-se ao discurso, aliando a matemática a elementos da sociologia e da filosofia ao repertório de sua retórica, a fim de estabelecer um consenso moralizante republicano que viesse a promover as reformas institucionais necessárias (Neto *et al.*, 1997, p. 76). Contudo, ao contrário do soldado letrado, prevalecerá na República Velha a figura de um soldado que, não mais prestando juramento a um rei ou de fidelidade a um imperador, posiciona suas armas agora em defesa não do patrimônio imperial, mas da própria farda (Paulo, 2016, p. 153). Ainda que com suas contradições ao pensamento do positivismo ortodoxo, tal figura irá se harmonizar com a posição civilista de Benjamin Constant, isto é, de que, dadas as condições de educação apropriada, qualquer homem teria a capacidade de ser soldado e, assim, em um exercício de dedicação e amor à nação, atuar em “nome da pátria”, fazendo-se então cidadão.

Embora houvesse uma coesão entre os militares quanto à derrubada do poder monárquico, unindo esforços no que tange ao abolicionismo e quanto a um esboço de projeto positivista republicano, seu denominador comum, as aspirações republicanas entre as duas vertentes se conflitariam em concepção. Deste dissídio, irá sobressair o ideário sobre um imperativo ético de intervenção, que atuará em favor da honra militar, da consolidação de sua classe e de seus aliados políticos, concebendo-se o conjunto de ideias que não só irá legitimar suas técnicas de governança e o uso da violência, como irá estabelecer o “cidadão de farda” como agente do progresso e defensor da República, em detrimento do “soldado letrado” (Paula, 2016, p. 164).

5 O SOLDADO-CIDADÃO PERANTE CANUDOS

A esse discurso sobre ordem cívica, de teor nacionalista, defesa da República e da federação, irão se abater as forças militares contra os perigos da pátria, que historicamente iriam se valer desta violência organizada contra a população civil, tendo como primeiro exemplo do tipo a “Guerra de Canudos” entre os anos de 1896 e 1897 (Cunha, 2019). Direcionados ao povo sertanejo, os princípios da disciplina, da ordem e do civilismo do “soldado” tomarão a forma do “herói”, reunidos em prol do inimigo na imagem de Antônio Conselheiro, que de humilde

peregrino se sucederia a um fanático, que atuando como governador anárquico, irá desrespeitar a hierarquia do exército ao promulgar por si as leis de Canudos (Farias; Vilhena, 2015, p. 412).

Canudos era visto como uma anomalia, um câncer para a república. Não só com a questão da transferência massiva de mão de obra, captada pelas peregrinações de Antônio Conselheiro no sertão, mas uma questão muito mais profunda. O eugenismo e a visão racial-evolucionista integravam completamente o pensamento do grupo positivista na república. Com base numa das maiores figuras eugenistas do Brasil, o médico legista Nina Rodrigues cita, por exemplo, "Antônio Conselheiro é seguramente um simples louco", desconsiderando as possíveis causas sociais por trás do movimento (Rodrigues, 2000, p. 2). Além de tal fato, o legista explica a, até então, creditada teoria¹⁰ do apoio à monarquia como um simples retrocesso civilizatório devido à limitada capacidade do miscigenado. Sobre o movimento e a figura do jagunço em si, ele comenta:

Em Canudos, representa de elemento passivo o jagunço que corrigindo a loucura mística de Antonio Conselheiro e dando-lhe umas tinturas das questões políticas e sociais do momento, criou, tornou plausível e deu objeto ao conteúdo do delírio, tornando-o capaz de fazer vibrar a nota étnica dos instintos guerreiros, atávicos, mal extintos ou apenas sofreados no meio social híbrido dos nossos sertões, de que o louco como os contagiados são fiéis e legítimas criações. Ali se achavam de fato, admiravelmente realizadas, todas as condições para uma constituição epidêmica de loucura.

O jagunço é um produto tanto mestiço no físico, que reproduz os caracteres antropológicos combinados das raças de que provém, quanto híbrido nas suas manifestações sociais, que representam a fusão inviável de civilizações muito desiguais.

Pelo lado etnológico, não é jagunço todo e qualquer mestiço brasileiro. Representado em rigor o mestiço do sertão, que soube acomodar as qualidades viris dos seus ascendentes selvagens, índios ou negros, às condições sociais da vida livre e da civilização rudimentar dos centros que habita (Rodrigues, 2000, p. 7-8).

Portanto, a partir da visão essencialmente civilizatória e evolucionista da ideologia, era imperativo a eliminação de um foco retrógrado, fisicamente atrasado e resistente à moderna civilização. Canudos adiciona em suas múltiplas qualidades dadas pelos cientistas da época, o sentido de, novamente, um câncer. Que se espalha, cooptando os menos fisicamente dispostos à educação republicana para uma experiência oposta à proposta pelos que realmente deveriam governar o país. Como uma metástase, se espalhou no sertão, formando um foco que, psiquiatricamente, seria taxado de uma "epidemia", uma completa "loucura", reforçando o papel do Estado (e da classe militar) de extirpá-lo como medida sanitária.

Já para os militares da velha república, a existência de Canudos se comportaria como uma célula separatista que não se submete às leis, princípios e concepções de mundo da ciência positiva, desafiando a unidade da federação, a existência da nação e, consequentemente, a evolução da sociedade brasileira. Pelo conflito, a participação não somente de tropas baianas locais, mas também de reforços de demais regimentos, como de demais forças da federação, a exemplo das paraenses (Farias; Vilhena, 2015), reforçariam o ideário de um Brasil unido e alinhado com os ideais de ordem, progresso, estabilidade e tradição:

"[...]conquista dos foros de Estado autônomo e independente, [pois] Somos um grande Estado, que hoje, na posse de sua autonomia, e gerindo-se ao seu alvedrio, vê rasgados

¹⁰ Hoje, há fundamentadas bases científicas para acreditar que o "ávido monarquismo" de Canudos foi uma informação falsa circulada por jornais republicanos da época. Mais informações no artigo de 2022: "Anatomia de uma teoria da conspiração: O papel de Euclides da Cunha na divulgação de que Canudos seria o epicentro de um movimento de restauração monarquista patrocinado por potências internacionais", de Cristiane Costa, Maria Luise Brey e Luana Neves Azevedo.

diante de si grandíssimos horizontes. [Contudo que] Para encetar essa vida nova não devem saltar-nos infundando receitas que possam periclitar as instituições políticas vigentes”. (Farias; Vilhena, 2015, p. 413).

Ao soldado, por sua vez, enfatizariam os discursos militares a sua capacidade de obediência e unidade enquanto um corpo amorfo e coeso, dócil a seus comandantes, fiel à disciplina, de sujeição a um líder e valoroso em seu enfrentamento do jagunço e do cangaço (Cunha, 2019, p. 185-186 e 194-196), trespassando vilão e mata, experimento que irá formar o modelo de coragem a ser seguido:

Crepitavam os tiroteios ininterruptos, zuniam as balas esfuziantes, do outro lado, crepitava feroz, contínua e ensurdecadora a trabucada, as lazarinhas ligeiras, os bacamartes “boca de sino” e as “manoliches” dos “conselheiristas.” As baixas alvitavam as dezenas; o leito do rio já se achava juncado de cadáveres, o heroico capitão Cordeiro, ao ver recrudescer o combate, se colocará a frente de sua companhia, onde o projétil de um trabuco inimigo traspasou-lhe o peito, atirando-o ao solo, instantaneamente morto; apesar de procurar ampara-lo, pegando num de seus braços, o tenente Rosa Chavez (Farias; Vilhena, 2015, p. 87).

A prática de “heroificação” do soldado (Morato, 2022, p. 84), materializada pela perenização da memória de personagens, oficiais ou comandantes, atuará de identificação patriótica, de forma a criar uma noção de pertencimento a um Estado nacional aos soldados cidadãos, através de uma consciência cívica que irá operar na memória coletiva da campanha. A construção desse herói, contudo, caminhará conjuntamente com a construção do inimigo, sobretudo nos jornais da época, dando ênfase aos oficiais mortos em combate, à liderança dos oficiais e à obediência dos subordinados (Morato, 2022; Farias; Vilhena, 2015), associando as suas qualidades às dos ideais republicanos.

6 CONCLUSÃO

Conforme se depreende da pesquisa, o ideário de soldado-cidadão será um fruto de variados vetores que vão se concentrar nas condições de um determinado ponto histórico no tempo, não podendo-se apontar exclusivamente uma única causa de sua concepção. O ideário positivista, que seria de grande importância aos intelectuais da época, irá não somente moldar o modo como se darão as formas de conhecimento, mas também a subjetividade dos sujeitos, que terão na imagem do bom soldado, isto é, de um serviçal público que, por servir o país, seria pretensamente honesto. Considerado como o agente da mudança e do progresso, pré-disposto à ação, e educado para a disciplina do quartel, com respeito à hierarquia, irá se criar um grupo de sujeitos dóceis, que ao se demonstrar fiéis aos seus superiores, leais à imagem de um líder, este um membro de maior patente, iria em nome do progresso e do dever à pátria, cometer as barbaridades que jurou combater, de forma a estabelecer marcos civilizatórios.

A esses marcos, seguia-se uma noção de purificação dos males sociais, fosse de ideias ou de pessoas. Utilizava-se das armas, da violência e dos aparelhos de controle do Estado para perpetrar o apagamento de toda alteridade, revelando não somente traços assumidamente ditatórios à doutrina, mas também autoritários. Pregando por uma estabilidade social coesa não somente de ideias, mas de corpos disciplinados, tornando-se amorfo, não tolerando aquilo que possa vir a ser diferente, a exemplo de Canudos, que irá ser apagada em razão de seu modo de vida ou particular de governo.

O soldado-cidadão, portanto, remete a um ideário que, em sua prática, visou beneficiar as oligarquias rurais e seus aliados das forças militares, que, insatisfeitos com o poder dinástico, irão estabelecer mecanismos que vão impedir tanto o fomento de revoluções propriamente

populares quanto a participação de ampla parte da população na política, os quais, quando não excluídos, serão eliminados pelos defensores da ordem e da nação. Figura que, embora dócil, fiel ao comando e à doutrina de um líder, se apresentará como violenta, com as armas à postos para o cumprimento do dever e eliminação dos inimigos internos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Adamo Dias. Breves considerações sobre as origens da figura do presidente forte presente na constituição da república dos estados unidos do brasil de 1891. **Participação e efetividade do direito na sociedade contemporânea**, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.
- BOSI, Alfredo. **O positivismo no Brasil**: uma ideologia de longa duração. Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América. Tradução. São Paulo: EDUSP, 2004
- CAMPOS, Edmundo. **Em busca de identidade**: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- CARVALHO, Estevão Leitão. **Memórias de um soldado legalista**. SMG, Im- prensa do Exército, 1961. v. 1. (Memórias de um soldado legalista, Tomo 1, Livro 1-2). Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=w8QzAQAAIAAJ>.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. [S.l.]: Todavia, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo brasil, 1870-1891. **Varia Historia**, SciELO Brasil, v. 27, p. 141–157, 2011.
- COMTE, Auguste; POSITIVISTA, C. O catecismo positivista. **Lecturas sobre historia de la filosofia**, 1973.
- COMTE, Auguste. POSITIVISTA, C. Sistema de política positiva. **Lecturas sobre historia de la filosofia**, 1973.
- COSTA, Helton Messini da. Positivismo, educação e hegemonia: diálogos entre José Veríssimo e Benjamin Constant. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 21, p. e021052–e021052, 2021.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: edição crítica comemorativa. [S.l.]: Ubu Editora LTDA-ME, 2019.
- DO COUTO NETO, Renato Luis *et al.* Benjamin Constant: biografia e explicação histórica. **Revista estudos históricos**, v. 10, n. 19, p. 67–82, 1997.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. [S.l.]: Boitempo Editorial, 2019.
- FARIAS, William Gaia; VILHENA, Anderson Alexandre Cruz. Como Lendários Espartanos: a invenção da heróica atuação da polícia paraense na Guerra de Canudos. **Revista Aedos**, v. 7, n. 17, p. 410-430, 2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**, 12.ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. A constituição republicana de 1891. **Revista USP**, n. 3, p. 19–24, 1989.

FILHO, Acácio Vaz de Lima. O positivismo e a república. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 99, p. 3–33, 2004.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. [S.l.]: Editora Ática São Paulo, 2016. v. 29.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. Elementos estáticos da teoria política de Auguste Comte: as pátrias e o poder temporal. **Revista de Sociologia e Política**, SciELO Brasil, p. 63–78, 2004.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**. [S.l.]: Topbooks, 1999.

LÖWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. [S.l.]: Paz e Terra, 1978.

MILAN, Milan, Yara Maria Martins Nicolau. **A educação do "e; soldado-cidadão" e;(1870-1889): a outra face da modernização conservadora**. Tese (Doutorado) — [sn], 1993.

MORATO, André Cavalcante. **Entre o dito e o não dito: os militares “heróis” e “comuns” da Guerra de Canudos**. [S.l.]: Pós-Graduação em História, 2022.

PAULA, Dalvit Greiner de. A ideologia do soldado-cidadão nas escolas brasileiras: Olavo Bilac e a Liga de Defesa Nacional (1916). **Linguagens, Educação e Sociedade**, n. 34, p. 149–171, 2016.

RODRIGUES, Nina. A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os jagunços. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, SciELO Brasil, v. 3, n. 2, p. 145–157, 2000.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. Vigiar, proteger e defender a nação: Guarda Nacional, exército e a formação do estado imperial brasileiro. **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, v. 28, 2015.

TORAL, André Amaral de. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. **Estudos Avançados**, SciELO Brasil, v. 9, p. 287–296, 1995.

VIANA, Oliveira. **O ocaso do Império**. [S.l.]: Edições do Senado Federal, 2004. v. 26.